

# A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização<sup>I</sup>

Bernard Lahire<sup>II</sup>

## Resumo

O presente artigo apresenta uma discussão sobre os processos de socialização na atualidade. Dando seguimento às discussões já travadas anteriormente, faz algumas afirmações relevantes do ponto de vista metodológico para os interessados em pesquisar os processos socializadores. O texto traz uma discussão acerca da importância de se contextualizar as trajetórias individuais a fim de se conseguir apropriar de maneira concreta as experiências e tomadas de posição dos indivíduos ao longo dos percursos sociais. As categorias de *cadres* (*instituições*), *modalidades* (maneiras e formas de agir), *tempo* (momento de um percurso individual), e *efeitos* (disposições de agir, sentir e pensar) deveriam ser consideradas em todo o processo com a intenção de evitar interpretações vazias e ou retóricas acerca da incorporação das maneiras de ser. Tratando-se de uma discussão teórica e metodológica, texto busca elencar outras pesquisas que seguem o procedimento proposto. Todas as investigações citadas parecem seguir a metodologia de contextualizar o presente e o passado dos investigados a fim de alertar para os desvios e ou erros muitas vezes cometidos pelos pesquisadores. De fato, um número expressivo de pesquisas não levam em consideração os efeitos das socializações anteriores frente às novas socializações e creditam à socialização secundária um espaço de atualização de disposições adquiridas anteriormente.

## Palavras-chave

Socialização – Indivíduo – Contemporaneidade – Disposições culturais.

**I-** Este texto é uma versão revisada do capítulo inicialmente publicado sob o título *Socialização: quadros, modalidades, tempos, efeitos*. In: ROBERT, Cécile; MICHEL, Hélène. *La fabrique des européens*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2010. p. 431-444.

**II-** École Normale Supérieure de Lyon, Lyon, França.  
Contato: bernard.lahire@ens-lyon.fr

# **Individual constructions: institution, modalities, time and socialisation effects<sup>1</sup>**

Bernard Lahire<sup>II</sup>

## **Abstract**

*This article debates current socialization processes. Following previous discussions, it makes relevant statements from a methodological perspective to the ones interested in researching socialization processes. The text brings a discussion on the importance of contextualizing individual paths in order to concretely appropriate experiences and positions of the individual along social pathways. Cadres (institutions), modalities (courses of action), time (moment of the individual's path), and effects (dispositions to act, feel and think) are categories to be considered along all the process to avoid empty and rhetoric interpretations about the incorporation of ways of being. As a theoretical and methodological discussion, the article lists other studies with the same proposed procedure. All the investigations cited seem to follow the methodology of contextualizing the present and the past of the subjects to warn against possible deviations or mistakes often made by researchers. Indeed, a significant number of studies, in the face of new socializations, fail to take into account the effects of previous socializations, and thus credit the room for updating previously acquired dispositions to secondary socialization.*

## **Keywords**

*Institutions – Individual – Contemporaneity – Cultural dispositions.*

**I-** This text is a revised version of the chapter originally published under the title *Socialização: quadros, modalidades, tempos, efeitos*. In: ROBERT, Cécile; MICHEL, Hélène. *La fabrique des européens*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2010, p. 431-444.

**II-** École Normale Supérieure de Lyon, Lyon, França.  
Contact: bernard.lahire@ens-lyon.fr

*O teorema do amorfismo humano, que Musil formula de forma provocante ao dizer que o homem não muda, ou, em todo caso, só muda intrinsecamente muito pouco e permanece de certa forma capaz, em cada época, tanto de canibalismo quanto de [produzir] a Crítica da razão pura, significa que aquilo que ele é em um dado momento depende, por uma parte essencial, de suas formas de organização. E uma diferença relativamente mínima no modo de organização é suscetível de ser traduzida por uma diferença considerável no tipo de homem que se obtém.*  
(BOUVERESSE, 1993).

Fora dos usos sociologicamente controlados, acontece de a noção de socialização ser associada, no âmbito escolar, ao trabalho de inculcação de regras de vida comum – códigos de educação ou de saber viver em coletividade – efetuado junto a jovens crianças. A escola maternal distingue, assim, a “socialização” da “instrução”. Às vezes, ela também pode remeter ao fenômeno de compartilhamento ou de apropriação por parte da coletividade de certo número de propriedades privadas (Marx e inúmeros autores que vieram depois dele falaram, por exemplo, da “socialização dos meios de produção”).

Mas em sociologia, a noção de socialização reveste-se de um sentido específico. Ela designa o movimento pelo qual o mundo social – essa ou aquela “parte” dele – molda – parcial ou globalmente, pontual ou sistematicamente, de maneira difusa ou de forma explícita e conscientemente organizada – os indivíduos que vivem nela. Se partirmos dos indivíduos, é possível dizer que a socialização é o processo por meio do qual um ser biológico é transformado, sob o efeito das múltiplas interações (BRUNER, 1991; DORNES, 2002) com outros indivíduos e com todo um mundo material oriundo da história que ele estabelece desde seu nascimento, em um ser social adaptado a um universo sócio-histórico determinado. Desse ponto de vista, as sociologias *durkheimiana* e *weberiana*, que muitas vezes opomos por razões pretensamente pedagógicas, partilham o mesmo grande objetivo: compreender como as formas de vida sociais, mais ou menos duradouras,

fabricam “tipos de homem” diferentes (Max Weber), “seres sociais” adaptados a uma dada sociedade e, ainda mais precisamente, aos “meios especiais” aos quais eles estão destinados (Émile Durkheim). Como sociólogo das religiões preocupado em explicar o motivo dos modos de produção e reprodução das crenças, Weber assim analisou detidamente o caráter sistemático e metódico do treinamento ético que as seitas ascéticas impuseram a seus membros (WEBER, 1964; 1996). Durkheim, por sua vez, destacou mais o papel da família e da escola, definindo a educação como uma “socialização metódica da jovem geração” (DURKHEIM, 1989).

### **Da noção amorfa ao conceito útil**

Todavia, para ter uma verdadeira utilidade sociológica e ser cientificamente um tanto rentável, a noção de socialização deve ser suficientemente precisa e implicar uma conduta empírica. Contentar-se em dizer que os atores de uma sociedade são socializados ou que eles são o produto de uma socialização é apenas uma maneira – no fim das contas bastante vaga – de assumir a visão oposta das concepções de homem inatistas ou naturalistas, mas não é suficiente para fazer da noção de “socialização” um conceito útil, isto é, uma ferramenta que leve a imaginar operações precisas de pesquisa, a conceber investigações que, sem ela, simplesmente não teriam sido pensáveis. Para não fazer da noção de socialização um conceito “amorfo” (WEBER, 1964; 1996), puramente decorativo ou retórico, que evocaria unicamente o caráter socialmente construído dos atores individuais, é preciso então precisar – descrever e analisar – os quadros (universo, instâncias, instituições), as modalidades (maneiras, formas, técnicas etc.), os tempos (momento em um percurso individual, duração das ações socializadoras, grau de intensidade e ritmo dessas ações) e os efeitos (disposições a acreditar, a sentir, a julgar, a se representar, a agir, mais ou menos duradouras) de socialização.

Quando uma noção como a de socialização é mobilizada como conceito científico, ela impõe que se conduzam estudos precisos de caso. Se nenhum método *a priori* está excluído em vista de reconstruir quadros, modalidades, tempos ou efeitos de socialização, a observação direta dos comportamentos e a entrevista longa, e até mesmo repetida, impõem-se bastante naturalmente como os meios mais adaptados ao objetivo visado.<sup>1</sup> É por essa razão que o pesquisador pode sensatamente ter um movimento de recuo crítico com relação a noções que, como a de “*habitus* nacional”, aparentemente designam aquilo que os termos “cultura nacional”, “identidade nacional” ou de “mentalidade nacional” (que são menos eruditos e hoje aparecem amplamente desvalorizados) poderiam igualmente resumir sem, todavia, pretender ao grau de precisão ao qual se presume que o conceito de *habitus* remete.<sup>3</sup>

Falar seriamente de patrimônios de disposições supõe que se possa localizar, descrever e analisar mecanismos de socialização bem determinados. É preciso, antes de tudo, poder descrever os quadros da socialização

com seus atores principais e suas grandes propriedades, que fazem com que esse quadro familiar, por exemplo, se distinga dos quadros escolar, profissional, lúdico, esportivo, político, religioso etc. Trata-se, em seguida, de estudar a maneira pela qual se organiza e se desenvolve o processo de socialização dentro de cada um desses quadros. É necessário, por fim, precisar os momentos em que esses diferentes processos tomam lugar na história social dos indivíduos e colocar em evidência os efeitos mais ou menos duradouros que exercem sobre esses últimos o convívio mais ou menos longo, mais ou menos precoce, mais ou menos intensivo com esses diferentes quadros de socialização.

Apesar do caráter sedutor da ideia de uma socialização estatal ou nacional, o sociólogo pode rapidamente tropeçar no obstáculo da extensão (assim como sobre a imprecisão relativa) do quadro assim recortado. Por exemplo, quando Pierre Bourdieu quer levar em conta o efeito socializador do Estado como grande construtor de realidade social, podemos permanecer cautelosos quanto à possibilidade de estudar especificamente realidades tão gigantescas e multifformes:

Nas nossas sociedades, o Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social. Enquanto estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, ele exerce permanentemente uma ação formadora de disposições duradouras, através de todos os constrangimentos e disciplinas corporais e mentais que impõe, de maneira uniforme, ao conjunto de agentes. [...] A construção do Estado é acompanhada pela construção de uma espécie de um transcendental histórico comum, imanente a todos os seus “sujeitos”. Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais da percepção, da compreensão ou da memória, estruturas

**1-** Dispositivos dispendiosos em tempo, eles infelizmente não são mais colocados com frequência em prática pelos pesquisadores. Algumas reações à obra *Portraits sociologiques* (LAHIRE, 2002) foram reveladoras de um estado de espírito bem comumente (?) difundido dentro das ciências sociais. Esta obra se esforçava em pensar a articulação das diferentes experiências socializadoras e em testar o grau de pertinência da noção de transferibilidade das disposições. Por esse motivo, ela desenvolvia um dispositivo metodológico bastante restritivo, baseado em uma série de seis entrevistas longas – que tinham por objeto domínios de práticas ou de dimensões da existência muito variados – junto às mesmas pessoas investigadas. Ora, a observação recorrente segundo a qual não seria possível reeditar esse tipo de dispositivo muito cronóforo a cada nova investigação revelou, a meu ver, a impaciência de pesquisadores a quem gostaríamos, contudo, de aconselhar ou de desacelerar em suas práticas de pesquisa ou de trabalhar mais coletivamente (beneficiando-se assim da acumulação de uma série de tempos de pesquisa individuais). E se fosse preciso levar tempo com esse tipo de investigações para fazer com que algumas questões avancem significativamente, que risco correríamos ao fazê-lo? Por que não apostar na extensão da série de dados para melhorar a qualidade dos conhecimentos mais do que na comodidade e rapidez das operações empíricas realizadas?

**2-** Noção utilizada pelo sociólogo Norbert Elias, que é subjacente a certas análises consagradas por Pierre Bourdieu ao Estado, e mobilizada, entre outras, pelo historiador Gérard Noiriel.

**3-** Desse ponto de vista, um bom teste que cada pesquisador por si só deveria se esforçar em praticar consiste em substituir as palavras eruditas que empregamos por palavras mais comuns para ver o que realmente é perdido na operação de substituição.

mentais, formas estatais de classificação. E cria, assim, as condições de uma espécie de orquestração imediata de *habitus* que é, ela própria, o fundamento de uma espécie de consenso sobre esse conjunto de evidências compartilhadas, constitutivas do senso comum.<sup>4</sup> (BOURDIEU, 1993, p. 59).

Quais práticas, quais disposições e quais categorias estão precisamente em questão? Por trás desse retrato sugestivo do papel do Estado na fabricação social dos indivíduos oculta-se em última análise uma multidão de realidades (escolares, políticas, jurídicas, administrativas, estatísticas etc.), não necessariamente coerentes entre si, que convidam a estudos cuidadosos e bem circunscritos.<sup>5</sup>

Por razões similares, associada à palavra “europeia”, a noção de socialização pode trazer o mesmo tipo de problemas. Se ouvimos justamente falar “socialização europeia” e que não designemos por isso uma onda de “identidade europeia” ou um “sentimento europeu”, então é no nível das experiências, das práticas, das competências ou das instituições especificamente europeias que devemos situar o estudo.<sup>6</sup> Todas as pesquisas de opinião que perguntam aos cidadãos das diferentes nações sobre seu sentimento de ser “europeu”, produzindo assim realidades em grande parte de artefato, situam no céu das representações (muito variáveis e elas mesmas tendo que ser explicadas) o objeto de estudo a que seria preciso se dedicar, em vez de trazê-lo para o chão acidentado dos dispositivos institucionais, das práticas, das competências, dos hábitos e das disposições.

**4-** Versão brasileira: Papyrus, p. 116-117.

**5-** Pode-se assim considerar que o trabalho de Desrosières (1993) é uma maneira de trabalhar sobre grandes processos de socialização estatais vistos a partir da questão da história das formas estatísticas.

**6-** Por outro lado, permanece inteiramente a questão de saber se o que chamamos de “europeu” não oculta a dominação de uma nação (que pode, segundo os domínios considerados, ser inglesa, alemã, francesa ou outra) sobre as outras, isto é, a imposição de normas, de competências ou de instituições bem nacionais ao conjunto das nações por intermédio de universalização ou de harmonização europeia.

## **Socializações primárias e secundárias**

Os estudos sobre a socialização nunca são verdadeiramente organizados em um setor especializado da sociologia. Trata-se de uma abordagem sociogenética dos atores que dizem respeito tanto aos sociólogos da religião, do político, do esporte ou do trabalho quanto da escola ou da família. Inúmeros são os sociólogos, contudo, que, desde os grandes fundadores da sociologia, procuraram apreender como as mais variadas experiências socializadoras se sedimentam em maneiras mais ou menos duradouras de ver, de sentir e de agir (quer as nomeemos propensões, inclinações, maneiras de ser persistentes ou permanentes, hábitos, *ethos*, *habitus*, disposições, esquemas ou perspectivas), e como esses produtos do passado, mais ou menos homogêneos ou heterogêneos, incorporados pelos socializados determinam em parte suas ações e reações em diversos contextos de ação presentes.<sup>7</sup>

Sabe-se que os diferentes momentos de socialização na vida de um indivíduo não são equivalentes. A sociologia se esforça, assim, em diferenciar os tempos e os quadros da socialização, separando particularmente o período de socialização dita “primária”, essencialmente familiar, de todos aqueles que vêm em seguida e que nomeamos como “secundários” (escolas, grupos de pares, universos profissionais, instituições políticas, religiosas, culturais, esportivas etc.). Essa distinção é importante na medida em que ela faz lembrar que, nos primeiros momentos da socialização, a criança incorpora, na maior dependência socioafetiva com relação aos adultos que o cercam, “o mundo, o único mundo existente e conceitual, o mundo tal qual” (BERGER; LUCKMANN, 1986, p. 184). e não um universo percebido como relativo. A impossibilidade de tomar consciência das influências socializadoras é ainda maior na medida em que

**7-** No final do artigo, é possível ver um conjunto de estudos tendo como base essa proposta de análise.

a socialização é precoce e sem comparação. Pode-se falar aqui de uma verdadeira “amnésia da gênese” (Pierre Bourdieu). O fato de que a socialização familiar seja ao mesmo tempo precoce, intensa, duradoura e, durante um tempo mais ou menos longo, sem concorrência, explica o peso da origem social (mesmo quando ela é grosseiramente apreendida a partir da categoria socioprofissional dos pais) em um número muito grande de comportamentos ou de preferências estudados (escolares, profissionais, culturais, esportivos, alimentares, estéticos etc.). É por essa razão que não se pode falar de *habitus* com leviandade para falar de qualquer um dos efeitos da socialização. Falar de *habitus* militante, catequista, pugilístico ou escolar como se fala de *habitus* de classe é desdenhar a ambição teórica do conceito de *habitus*, que designa um sistema de disposições duradouras e transferíveis. As disposições constituídas são mais ou menos fortes ou fracas, duradouras ou efêmeras etc. Sob o efeito de contextos duradouramente desfavoráveis, algumas disposições podem “se cansar” (C. S. Peirce) por falta de estímulo. O *habitus* é, portanto, se respeitarmos suas definições mais precisas, um caso extremamente particular no conjunto possível dos patrimônios de disposições.

Ainda que ela detenha com cada vez menos frequência o monopólio da educação infantil, a família nunca fica inerte com relação aos outros quadros socializadores potenciais: ela pode ser mais ou menos controladora em matéria de “convívios” e de saídas (controlando a composição do grupo dos pares com quem se pode conviver e limitando o tempo que se passa fora de qualquer controle familiar), exercer um papel de filtro com relação às mídias e a diversas instâncias culturais extrafamiliares e se encarregar de modo mais geral de um trabalho, imperceptível, porém permanente, de interpretação e de julgamento sobre todos os domínios da vida social. Mesmo os profissionais da infância e da adolescência (professores, pediatras, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais etc.) não participam da socialização

das crianças senão por intermédio dos pais que, muito frequentemente, têm o poder de “pegar” e “largar”, de resistir mais ou menos conscientemente às injunções exteriores e de retraduzir as normas que se tenta mais ou menos explicitamente lhes impor em matéria de educação das crianças. Durkheim já havia destacado, em *Da divisão do trabalho social* (1893), o caráter total e envolvente do universo familiar, cujos membros “põem em comum a totalidade de sua existência” ao passo que os membros de uma corporação só partilham “apenas suas preocupações profissionais”. A família forma “uma espécie de sociedade completa, cuja ação se estende tanto à nossa atividade econômica quanto à nossa atividade religiosa, política, científica etc. Tudo o que fazemos de alguma importância, mesmo fora de casa, nela ecoa e provoca reações apropriadas. A esfera de influência da corporação é, em certo sentido, mais restrita”.<sup>8</sup> (DURKHEIM, 1893).

### **Socialização, ressocialização**

Mas a distinção entre as socializações “primária” e “secundária” não deixa de trazer problemas. Ela leva muito frequentemente a se representar o percurso individual como uma passagem do universo familiar homogêneo, constitutivo das estruturas mentais e comportamentais mais fundamentais, aos múltiplos universos sociais que frequenta posteriormente um ser social já constituído e que resiste fortemente – o espírito de conservação obriga – às forças de modificação. “O peso particular das experiências primitivas”, escrevia Pierre Bourdieu, “resulta, na verdade, essencialmente do fato de que o *habitus* tende a assegurar a sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança através da seleção que ele opera entre as informações novas, rejeitando, em caso de exposição fortuita ou forçada, as informações capazes de colocar em questão a informação acumulada e,

**8**- Versão brasileira de 1991, p. xxiii-xxiv.

sobretudo, desfavorecendo a exposição a tais informações”.<sup>9</sup> (BOURDIEU, 1980).

Ora, diferentes fatos empíricos vêm contrariar esse esquema. Inicialmente, a homogeneidade do universo familiar é muitas vezes pressuposta e bem raramente observada. No entanto, quer a heterogeneidade seja relativa ou que ela leve às contradições-conflitos familiares mais exacerbados, ela está sempre irredutivelmente presente no cerne da configuração familiar que não chega nunca a ser uma “instituição total” de socialização (LAHIRE, 1995). A família é muito frequentemente feita de heranças diferentes, por vezes contrastantes, entre cônjuges que só muito raramente compartilham as mesmas propriedades sociais (origens sociais e culturais, posições sociais, nível de ensino ou tipo de diploma etc.) e isso não deixa de ter consequências do ponto de vista da socialização das crianças.

Por outro lado, a sucessão primária-secundária é frequentemente colocada em questão nos fatos pela ação socializadora muito precoce (e, em alguns casos, cada vez mais precoce) de universos sociais diferentes do universo familiar ou de atores externos ao universo familiar. O mesmo ocorre com a experiência da babá, da creche ou da escola maternal cuja necessidade progressivamente se impôs com o acesso crescente das mulheres ao mundo do trabalho. Ora, é impossível fingir que os programas de socialização implícitos desses diferentes atores ou universos sociais fossem sistematicamente harmoniosos com relação ao universo familiar. Colocada na creche muito cedo, a criança aprende desde os primeiros meses de sua vida que não se espera exatamente a mesma coisa dele e que não o tratamos de maneira idêntica “aqui” e “ali”. Peter Berger e Thomas Luckmann, ao evocar o caso de uma babá oriunda de um meio social muito diferente do dos pais da criança, considerava a mesma possibilidade de uma “socialização fracassada” que resulta “da mediação de mundos altamente contraditórios pelos outros significativos no

decorrer da socialização primária”. (BERGER; LUCKMANN, 1986, p. 229-230)<sup>10</sup>. Ora, forçosamente se constata que a experiência da pluralidade dos mundos tem todas as chances, em sociedades diferenciadas, de ser vivida precocemente.

Dois erros opostos – e que se reforçam mutuamente – são geralmente cometidos por sociólogos que se debruçam sobre essas questões de socialização: 1) o estudo das socializações secundárias sem levar em conta efeitos de socialização anteriores; 2) o estudo das socializações secundárias como simples terrenos de atualização ou espaços de desenvolvimento ou de expressão de disposições anteriormente adquiridas.

O primeiro caso é favorecido por certa tradição interacionista, que não deixa de se interessar pelos processos de aprendizagem, de interiorização e, por vezes, até mesmo por fenômenos de constituição de competências, de “sistemas de categorias” e de disposições sociais, mas que faz iniciar o estudo desses processos com a entrada em carreira, seja ela delinquente, esportiva, militante ou que se trate da de um maconheiro. Ora, a “carreira” é apenas o trecho de uma trajetória social (e de socialização) que começa, particularmente, em quadros de socialização familiar e escolar<sup>11</sup>. O interacionismo pode estar atento tanto em detalhar os processos e as diferentes fases constitutivas de uma carreira, como pode permanecer calado com relação às condições sociais de possibilidade de entrada em uma carreira. São então todas as disposições sociais que fazem com que nunca se chegue totalmente por acaso em um domínio de atividade ou em uma prática, e que continuam muitas vezes orientando o estilo das práticas, que são falhas

**10-** Tal socialização não pode ser dita “fracassada” senão com relação às esperanças de reprodução social que os pais mais ou menos conscientemente nutrem.

**11-** Tem-se às vezes a tendência a reduzir o interacionismo a um certo subjetivismo, ao passo que a maneira pela qual um autor como Everett C. Huges pensa a trajetória social combina de forma equilibrada os pontos de vista objetivista e subjetivista. (HUGUES, 1996). Textos reunidos e apresentados por Jean-Michel Chapoulie.

**9-** Versão brasileira de 1980, p. 102.

na explicação sociológica. O mesmo erro leva a começar o estudo das carreiras militantes, esportivas ou delinquentes com as primeiras passagens ao ato sem levar em consideração as experiências sociais anteriores que, ainda quando parecem distantes das práticas estudadas, podem desempenhar um papel no curso presente da ação.

De forma inversa, um disposicionalismo muito mecanicista levaria a subestimar a parte de transformação ou de construção que os novos quadros de socialização podem engendrar. Se disposições podem ser parte interessada – em interação dinâmica com restrições contextuais – da entrada em uma carreira específica, elas não constituem necessariamente o todo das disposições que são solicitadas por esse contexto. É preciso então distinguir claramente as disposições favoráveis à entrada em uma carreira das que são especificamente constituídas no novo contexto de ação em questão. Em sociologia do esporte, por exemplo, os pesquisadores muitas vezes trabalharam mais sobre as disposições sociais (as relações socialmente diferenciadas com o corpo) que levam praticantes de origens sociais muito contrastadas a se dirigir para esse ou aquele esporte do que sobre os processos de socialização e as disposições especificamente esportivos (BERTRAND, 2012).<sup>12</sup> Um disposicionalismo muito mecanicista poderia chegar até a pretender que tudo é constituído – ou ao menos em estado embrionário – desde a origem.<sup>13</sup> A caricatura dessa deriva disposicionalista é dada pela imagem da bala de revólver, da qual é possível calcular precisamente a trajetória (a série dos pontos de passagem) até o ponto de impacto, sabendo de onde ela parte, qual é a força da propulsão à qual ela é submetida e qual é o ângulo do tiro.

**12-** É para retificar essa tendência que Julien Bertrand se dedicou em seu trabalho de tese, sem negligenciar, no entanto, o estudo das socializações anteriores.

**13-** Tal deriva se observa em alguns trabalhos psicológicos que afirmam que “tudo está desempenhado” antes dos três anos. Leremos a crítica de tais teses na obra de Bruer (2002).

Contudo, mesmo em certas formulações equilibradas em que Pierre Bourdieu evoca a dialética das disposições e dos contextos (instituições ou campos), tudo se passa como se as disposições fossem constituídas independentemente de suas relações com o contexto de ação considerado, isto é, anteriormente ao seu encontro. As únicas questões tratadas são as de seu saciamento no quadro da instituição e de sua manipulação pela própria instituição, mas jamais a de sua eventual constituição dentro dessa instituição:

Como as disposições (enquanto potencialidades) se *revelam* em relação com certas instituições, ou melhor, certos campos (enquanto espaços dos possíveis); como os agentes *exploram* as instituições para *saciar* suas pulsões [...] e como as instituições, ao contrário, *colocam as pulsões dos agentes a serviço* de seus fins. Os diferentes agentes investem, em função de sua própria história, e portanto de suas disposições, os significados propostos pela instituição dentre as quais eles privilegiam algumas. Por sua vez, a instituição, ou melhor, o campo, oferece um espaço de possibilidades pré-constituídas; ele *regula as disposições*, isto é, ele as coage e censura, ao mesmo tempo em que lhes abre caminhos. (MAITRE, 1994, p. v-xxii, grifos meus).

Ainda que a natureza dos quadros socializadores “secundários” investidos pelos indivíduos dependa em parte das disposições sociais previamente constituídas dentro da família,<sup>14</sup> as pesquisas realizadas provam que não se pode nunca negligenciar seu próprio poder de reorientação ou de modificação mais ou menos forte dos produtos da socialização passada, nem mesmo sua capacidade de produzir novas disposições mentais e comportamentais junto

**14-** É, entre outras, por essa razão que os sociólogos teriam interesse em não ignorar totalmente os trabalhos clínicos psicanalíticos assim como os dos psicólogos do desenvolvimento.

àqueles que são levados, voluntariamente ou por obrigação, a conviver com eles duradouramente. Isso se verifica tanto acerca das experiências escolares, dos universos profissionais, das redes de sociabilidade e do quadro da vida conjugal (BERGER; KELLNER, 2007, p. 57-67), quanto das instituições esportivas, religiosas ou políticas. Mesmo realizadas em condições socioafetivas diferentes, as socializações secundárias podem recolocar mais ou menos profundamente em questão o papel central da socialização familiar. Por exemplo, o caso de “desclassificados sociais”, tanto por “alto” quanto por “baixo”, mostram que, de acordo com o domínio de práticas considerado, indivíduos podem colocar em prática disposições adquiridas em família ou disposições escolar e profissionalmente adquiridas (HOGGART, 1991). Mas o estudo dos casos de grandes rupturas biográficas ou de mudanças de papéis sociais significativas (pessoas em rupturas profissionais, ex-comunistas, ex-prisioneiros, ex-prostitutas, transexuais, ex-membros de ordens religiosas etc.) faz claramente aparecer que o trabalho de socialização e de ressocialização é um processo contínuo no decorrer da vida (EBAUGH, 1988; DENAVE, 2008; LECLERCQ, 2008).

No fim das contas, a questão do tipo de estruturação das diferentes experiências socializadoras dentro de cada indivíduo depende do caráter mais ou menos heterogêneo dessas experiências. Os indivíduos das sociedades altamente diferenciadas, que vivem em regime de concorrência educativa e se confrontam mais ou menos precocemente com normas socializadoras muito diferentes, têm, assim, uma maior probabilidade de ter constituído um patrimônio de disposições incorporadas heterogêneas, e às vezes até mesmo contraditórias, do que os indivíduos

que vivem em sociedades tradicionais, demograficamente mais restritas e infinitamente menos diferenciadas (LAHIRE, 1998). E quanto mais o patrimônio individual das disposições é heterogêneo e clivado, mais a questão de saber quais disposições são ativadas e quais disposições são inibidas se coloca, ou, simplesmente, deixadas em repouso nos diferentes contextos de ação que se apresentam, esses últimos podendo ir do mais amplo domínio de práticas à interação circunstanciada dentro de um dado domínio.

O que esse ato de levar em conta a complexidade das experiências e da estrutura multicamadas dos patrimônios de disposições permite questionar profundamente é o modelo de ajuste perfeito dos *habitus* aos contextos nos quais eles são levados a evoluir. Raramente há correspondências ideais ou de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e comportamentais incorporadas e as estruturas contextuais. A investigação (LAHIRE, 2002) mostra que, em todo domínio de práticas, observa-se uma mistura de condições favoráveis e desfavoráveis às disposições daqueles que entram em atividade. Os patrimônios individuais de disposições e de competências (mais que os *habitus*) são submetidos a restrições variáveis em função dos contextos de ação e são diferentemente solicitados pelas diferentes propriedades dos mesmos contextos. É isso que explica o sentimento de aderir perfeitamente ao conjunto das expectativas, de estar perfeitamente ajustado às situações ou às posições, de ser “como um peixe n’água”, de ser a situação feita mulher ou a instituição feita homem, ou seja, mais raro, e que cada contexto muitas vezes implica tanto disposições inibidas, contrariadas, insaciadas, quanto disposições desenvolvidas.

## Pesquisas sobre as socializações

De que forma a herança chega ao herdeiro, sobretudo quando ela é essencialmente “imaterial”, constituída por maneiras de ver, de sentir, de agir, por hábitos corporais, crenças, categorias de percepção, interesses e desinteresses, gostos e aversões?

GOTMAN, Anne. Déshéritage, dilapidation et filiation. Wittgenstein est-il un moderne ?. **Communications**, n. 59, p. 149-176, 1994.

HENRI-PANABIÈRE, Gaële. **Des héritiers en échec scolaire**. Paris: La Dispute, 2010.

KAFKA, Franz. **Éléments pour une théorie de la création littéraire**: la découverte. Paris: Laboratoire des Sciences Sociales, 2010.

LAHIRE, Bernard. **Tableaux de familles**: heurs e malheurs scolaires en milieu populaires. Paris: Gallimard: Le Seuil: Hautes Études, 1995.

SINGLY, François de. L'appropriation de l'héritage culturel. **Lien Social et Politiques**, n. 35, p. 153-165, 1996. Familles et école. Sous la direction de Léon Bernier et François de Singly.

Como se aprende a tornar-se balinês, menino ou menina, médico, salineiro, énarque<sup>15</sup>, trabalhador humanitário, jogador de futebol, bailarina, lutador de boxe, maconheiro, anoréxico etc.?

**15-** *Énarques* é como normalmente são conhecidos os estudantes da prestigiosa ENA, a École Nationale d'Administration [Escola Nacional de Administração].

BATESON, Gregory. Les usages sociaux du corps à Bali. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 14, p. 3-33, avr. 1977.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: étude de sociologie de la déviance. Paris: Métailié, 1985.

BECKER, Howard S.; GEER, Blanche; HUGHES, Everett C.; STRAUSS, Anselm L. **Boys in white**: student culture in medical school. New Brunswick: Transaction Publishers, 1961.

BELOTTI, Eléma Gianini. **Du côté des petites filles**. Paris: Editions des Femmes, 1973.

BERTRAND, Julien. **La fabrique des footballeurs**. Paris: La Dispute, 2012.  
Cde códigos sociolinguísticos?

BERNSTEIN, Basil. Langage et classes sociales: codes sociolinguistiques et contrôle social. Paris: Minuit, 1975.

Por meio de quais processos se constituem valores, visões ou engajamentos políticos?

BARGEL, Lucie. Jeunes socialistes, jeunes UMP: lieux et processus de socialisation politique, Dalloz, Paris, 2009.

MATHIEU, Lilian. L'espace des mouvements sociaux. Bellecombe-en-Bauges: Croquant, 2012.

MAURER, Sophie. École, famille et politique: socialisations politiques et apprentissage de la citoyenneté. Paris CNAF, 2000. Dossier d'études de la CNAF, 15.

PAGIS, Julie. Les incidences biographiques du militantisme en mai 1968. 2009. Thèse (Doctorat de sociologie) - EHESS, Paris, 2009.

PERCHERON, Annick. La socialisation politique. Paris: Armand Colin, 1993.

Os pesquisadores, assim, trabalharam sobre aspectos diversificados da socialização, tanto do lado dos quadros socializadores e das modalidades da socialização quanto do lado dos processos de incorporação ou interiorização vividos pelos socializados.

## Referências

- BERGER, Peter L.; KELLNER, Hansfried. Le mariage et la construction de la réalité. **Idées**, n. 150, déc. 2007.
- BERGER Peter L. ; LUCKMANN, Thomas. **La construction sociale de la réalité**. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1986.
- BERTRAND, Julien. **La fabrique des footballeurs**. Paris: La Dispute, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Esprits d'état. genèse et structure du champ bureaucratique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 96, n. 96-97, p. 49-62, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre; MAITRE, Jacques. Avant propos dialogué avec Pierre Bourdieu. In: MAITRE, Jacques. **L'autobiographie d'un paranoïaque**. Paris: Anthropos, 1994.
- BOUVERESSE, Jacques Flavien Albert. **Robert Musil: l'homme probable, le hasard, la moyenne et l'escargot de l'histoire**. Paris: L'Éclat, 1993.
- BRUER, JohnT. **Tout est-il joué avant trois ans?** Paris: Odile Jacob, 2002.
- BRUNER, Jérôme S. **Le développement de l'enfant: savoir faire, savoir dire**. Paris: PUF, 1991.
- DENAVE, Sophie. **Ruptures professionnelles: processus, contextes et dispositions**. 2008. Thèse (Doctorat en sociologie et anthropologie) - Université Lumière, Lyon 2, Lyon, 2008.
- DESROSIÈRES, Alain. **La politique des grands nombres: histoire de la raison statistique**. Paris: La Découverte, 1993.
- DORNES, Martin. **Psychanalyse et psychologie du premier âge**. Paris: PUF, 2002.
- DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social**. Paris: PUF: Quadrige, 1983.
- DURKHEIM, Émile. **Éducation et sociologie**. Paris: PUF: Quadrige, 1989.
- EBAUGH, Helen Rose Fuchs. **Becoming an ex: the process of role exit**. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1988.
- HOGGART, Richard. **33 newport street: autobiographie d'un intellectuel issu des classes populaires anglaises**. Paris: Gallimard: Le Seuil: Hautes Études, 1991.
- HUGHES, Everett C. **Le regard sociologique: essais sociologiques**. Paris: L'Éhess, 1996.
- LAHIRE, Bernard. **La culture des individus: dissonances culturelles et distinction de soi**. La Décourte, 2004.
- LAHIRE, Bernard. **L'homme pluriel: les ressorts de l'action**. Paris: Nathan, 1988. Essais & recherches.
- LAHIRE, Bernard. **Portraits sociologiques: dispositions et variations individuelles**. Paris: Nathan, 2002. Essais & recherches.
- LAHIRE, Bernard. **Tableaux de familles: heurs e malheurs scolaires en milieu populaires**. Paris: Gallimard: Le Seuil: Hautes Études, 1995.
- LECLERCQ, Catherine. **Histoires d'«ex»: une approche sociobiographique du désengagement des militants du Parti communiste français**. 2008. Thèse ( Doctorat de science politique) - Institut d'Études Politiques de Paris, Paris, 2008.

ROBERT, Cécile; MICHEL, Hélène. **La fabrique des européens**. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2010.

WEBER, Max. **L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme (1905)**. Paris: Plon, 1964.

WEBER, Max. **Sociologie des religions (1904-1921)**, Gallimard, Paris, 1996.

*Recebido em: 14.10.2014*

*Aprovado em: 10.03.2015*

**Bernard Lahire** é professor da École Normale Supérieure de Lyon e autor de mais de dez livros sobre sociologia da educação, teoria da ação e teoria sociológica.